



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 47 - 1ª Quinzena de abril de 1993 - Cr\$ 5.000,00

Por um movimento unitário das Centrais Sindicais, sindicatos, associações de bairro, movimentos de sem-terra e sem-teto e centros estudantis contra a fome, a política entreguista de privatização e o governo antinacional de Itamar.

Eis o mapa da fome:

- 32 milhões de brasileiros passam fome.
- 59,9% dos trabalhadores recebem até 2 salários mínimos
- 8,4% são semi-escravos, não recebem nada
- 15 milhões não têm onde morar
- 2,9% dos domicílios estão em favelas
- 53,5% de crianças e jovens vivem em famílias com meio salário mínimo per-capta de rendimento
- 17,2% de jovens de 10 a 14 anos trabalham
- 7,5 milhões de jovens de 10 a 17 anos trabalham
- 86,2% dos jovens trabalhadores recebem até 1 salário mínimo
- 65% da juventude não podem estudar
- 30 milhões de analfabetos

Eis o Mapa da Riqueza

- 10% mais ricos ficam com 48,7% da riqueza nacional
- 10% mais pobres ficam com 0,8% da riqueza nacional
- 7% das contas correntes bancárias controlam 90% dos depósitos
- 65% do Orçamento geral da União vão para o pagamento da dívida interna e externa

Frente a esta situação, por um movimento de frente única dos explorados contra os exploradores

Preparar a greve geral por tempo indeterminado

Formar os comitês de defesa dos oprimidos por todo país

Plebiscito

**Nem parlamentarismo,
presidencialismo, nem monarquia
Fora com o regime político burguês**

**Abaixo o governo de fome,
antinacional e antipopular de Itamar**

**Por um governo operário e
camponês, saído da revolução e
ditadura proletárias.**

Abaixo a repressão

**Pela imediata libertação dos
camponeses sem-terra presos no
Paraná e pela punição dos assassinos
de Teixerinha**

**Não à privatização da CSN
Em defesa do estatismo, da luta
antiimperialista, ocupar as fábricas e
impôr o controle operário da
produção**

MAPA DA FOME

Em reunião ministerial, o presidente Itamar decretou que o problema central do governo e o da fome e da miséria. Pomposamente pensou em criar um Conselho Nacional de Segurança Alimentar, mas finalmente formou uma "Comissão Especial" dirigida pelo ministro do Planejamento Yeda Crusius. Frente a estatística de 32 milhões de famintos, apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os pajuladores do governo achavam que algumas medidas de alcance seriam tomadas. Porém, se gastou muita palavra de fundamento e pouca providência.

As medidas, chamadas emergenciais, não passaram de aumento irrisório de verba para a merenda escolar, fornecimento de leite nos postos de saúde, subsídios a irrigação (projeto) e fornecimento de sementes a pequenos produtores. Ficou acertado, também, a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (FAT), que não atinge mais de 8 milhões de pessoas. Todas essas emergências eram o que já existia; a miséria continuou a crescer e com ela a marginalidade, as favelas, as doenças, a mortalidade infantil, etc.

O "Mapa da Fome", como foi denominado pela IPEA, comprova os efeitos da crise social. Eis a localização dos famintos: Bahia tem 4,33 milhões de indigentes; Minas, 3,47 milhões; Ceará, 3,03 milhões; Pernambuco, 2,32 milhões; Maranhão, 2,3 milhões; Rio de Janeiro, 1,7 milhões e São Paulo, 2,12 milhões. Não há estado em que não exista uma massa de seres sobrevivendo em condições sub-humanas.

O nordeste concentra a maior parte dos miseráveis. Mas não deixam de ser estarrecedoras as estatísticas do sudeste. Somente São Paulo, Rio e Minas Gerais, que controlam a maior parte da economia, e se constituem nos centros mais dinâmicos do capitalismo industrial, abarcam cerca de 7 milhões. Se vamos ao campo, lá encontramos camponeses empobrecidos sem terra e operários agrícolas vivendo a míngua. Se vamos às cidades, principalmente nas grandes, lá estão milhões de desempregados, subempregados e empregados ganhando apenas para reproduzir a pobreza extrema.

Não é por acaso, que de uma força de trabalho de 60 milhões de pessoas, apenas 22,5 milhões têm carteira assinada, segundo os dados do secretário do Ministério do Trabalho, Alexandre Loloian. Somente em São Paulo, a recessão elevou

o desemprego para 1,7 milhão, ou seja, em fevereiro a taxa de desemprego era de 15%. O dado de que somente 2,9% dos domicílios brasileiros estão em favelas, parece subavaliado, além do que não considera os cortiços. Entretanto, é suficiente para expor a barbárie capitalista.

Uma das conclusões da pesquisa e que a favelização deixou de ser um fenômeno das capitais, atingindo também a maioria das cidades de médio porte. Uma cidade como a de Recife tem 42% das moradias em favelas. Quando um dos estados históricos na formação do Brasil (Pernambuco) tem a sua capital formada por quase metade de favelas, é porque os desequilíbrios regionais e o atraso econômico revelam a impossibilidade do capitalismo superar a miséria das massas.

Itamar manobra com a fome

A movimentação de Itamar e da imprensa em torno do "Mapa da Fome" não corresponde às necessidades dos explorados. O governo em crise se utiliza da miséria para obter apoio dos partidos à aprovação da Reforma Fiscal (IPMF), do Orçamento da União e para chamar a atenção do FMI sobre os perigos da crise social. Entre estes objetivos se destaca o de manter o apoio do PT, que através de Lula levou a Itamar seu programa de combate à fome (também demagógico-eleitoral).

O mapa da fome é consequência e não causa. Uma das características do capitalismo atrasado e semicolonial é a marcante presença da miséria e pobreza crônicas. Ocorre que vêm se proliferando e se aprofundando com a decadência do capitalismo e aumento da exploração do trabalho. A produção vem sendo reduzida, fábricas fechadas e postos de trabalhos cortados. Dois exemplos: a Alpargatas do Vale do Paraíba teve 4 mil operários, chegou a 860 e, finalmente, dispensou os últimos 350. A Caterpillar produzia dez mil máquinas por ano na década de 70, hoje utiliza apenas 25% de sua capacidade, produzindo 120 máquinas por mês, ou 1.440 por ano. Esta queda tem sido generalizada na economia.

A renda per-capta, ao invés de aumentar, reduziu-se em mais de 5% em pouco mais de 10 anos. E os salários? Seguem a mesma lógica: 52,9% dos trabalhadores recebem até dois salários mínimos, o que não dá para uma família de 4 pessoas viver. Segundo o Ministério do Trabalho,

os salários tiveram uma queda de 2,6% (valor médio) em 1.992, comparado com 1.991.

Para aumentar a exploração, tem-se demitido operários mais velhos e contratado meninos de 10 a 17 anos. Com a rotatividade e substituição, tem-se derrubado o valor dos salários em 41,1%. Na realidade, com a inflação, a redução é bem maior. O incrível é que o governo tem consciência de tudo isso e de mais um fato estarrecedor: a existência de milhares de trabalhadores em regime semi-escravo, ou seja, não remunerado.

Mapa da Riqueza

Se existe um Mapa da Fome, existe um mapa da riqueza. Há pouco tempo atrás, os 10% mais ricos detinham 36% da riqueza nacional, agora já detêm 48,7%. Cerca de 94% das contas correntes nos bancos pertencem a apenas 7% da população. Imensidão de terras estão sob o controle de um punhado de latifundiários, enquanto que mais de 10 milhões de camponeses sofrem nos minifúndios ou estão sem terra alguma. Os banqueiros têm obtido alta lucratividade com a inflação, enquanto os salários são rebaixados. Ai está o segredo do mapa da pobreza.

Itamar, cumprindo seu papel de governo burguês, faz populismo com a miséria, enquanto que aprofunda a política de exploração e entrega do país ao imperialismo. O PT pode se auto enganar com seus Planos contra a Fome de apoio a Itamar, que não toca na exploração do trabalho. O que não pode é enganar os assalariados, utilizando-se dos sindicatos e da CUT. A demagogia da Comissão Especial e do Plano contra a Fome objetiva desviar as massas do caminho da luta. Uma condição para isso é silenciar os sindicatos e a CUT, colocando-os a serviço das manobras governamentais.

É necessário que denunciemos os farzantes e levantemos um plano de luta nacional dos explorados contra os capitalistas e seu governo. Frente à crise capitalista e à crescente miséria, somente ganhando as ruas as massas poderão se defender. Não queremos esmolas do governo burguês e seus lacaios, como o PT. A luta pelo salário e pelo emprego é o ponto de partida do combate à miséria, que só extinguirá com a destruição do capitalismo e em favor do socialismo. Prepararemos a greve geral por tempo indeterminado contra a fome e o governo burguês demagogo.

Parlamentarismo e Presidencialismo

A disputa interburguesa e a desconfiança das massas

A decisão majoritária do PT a favor do presidencialismo golpeou ainda mais os parlamentaristas. Se as pesquisas de opinião demonstravam grande vantagem do presidencialismo, sem o PT a possibilidade de derrota do parlamentarismo aumenta. As lideranças da Frente Parlamentarista analisam que os atos públicos têm sido esvaziados devido a não participação dos petistas. Por outro lado, temem a abstenção e o voto nulo, apesar da intensa propaganda na televisão e rádios.

O fato é que a população trabalhadora se mostra desconfiada e distante da demagogia burguesa de que são necessárias mudanças democráticas para solucionar a crise econômica e social. Os próprios parlamentaristas, como José Serra (PSDB), têm sido obrigados a amenizar as promessas, dizendo que a reforma do regime político não é a solução para todos os males.

Pela experiência com os partidos burgueses, os trabalhadores vêm ou desconfiam que não resolverá mal algum. Estes partidos (PSDB, PMDB, PDT, PFL, PDS, etc), com a colaboração do PT, PCdoB e PCB, dominam a câmara dos deputados e fizeram o impeachment de Collor, entretanto continuaram a manter a lei salarial de arrocho, o plano entreguista de privatização, a linha recessiva e o desemprego crescente.

Os parlamentaristas avaliaram que o plebiscito iria despertar um grande interesse e desencadear uma grande mobilização nacional. É importante para a

burguesia empolgar as massas com a democracia, quando lhes retira o teto e o pão. Arrastar os oprimidos, cada vez mais descontentes com a penúria, a apoiar o regime burguês em crise, é uma forma de desviá-los das greves, manifestações, ocupações, etc.

A desconfiança das massas nas pos-

Collor, a propaganda a favor do parlamentarismo não tem causado os efeitos esperados pelas lideranças. Ocorre que os parlamentares são os mais identificados com o esbanjamento, os interesses próprios e a corrupção.

O que os oprimidos não alcançam compreender é que tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo (não há nem o que dizer da farsa da monarquia) são duas formas de poder político da burguesia. Com mais ou menos democracia, correspondem à ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. E que nas atuais condições de desintegração da economia capitalista não podem configurar a democracia plena e ser utilizados pela burguesia para fazer reformas sociais.

A não compreensão pela ampla maioria de que a disputa entre parlamentaristas e presidencialistas é fruto da divisão dos setores capitalistas se deve à ausência de um poderoso partido operário revolucionário organizado nacionalmente. Sua ausência impossibilita realizar uma ampla denúncia das manobras burguesas, defender um plano de luta pelas necessidades vitais dos trabalhadores e desenvolver a estratégia revolucionária do governo

Operário e Camponês, saído da revolução proletária.

Entretanto, a defesa do voto nulo no Plebiscito, a defesa da campanha nacional de luta e a campanha propagandística do governo Operário e Camponês são a via da independência de classe dos explorados e da construção do POR.

Trabalhador, vote nulo ou boicote o Plebiscito da burguesia

Está claro que tanto o parlamentarismo, presidencialismo como a monarquia mantêm a exploração do trabalho, a terra nas mãos dos latifundiários, a miséria da maioria e a submissão do país ao imperialismo. Qualquer uma das formas de regime que vencer consagra o poder dos milionários capitalistas sobre os operários e toda a classe trabalhadora. Podemos observar que nenhuma das variantes coloca a solução do desemprego, da fome crescente, do analfabetismo, do fim das epidemias, da alta taxa de mortalidade infantil, da expansão das favelas e de milhares de sem-teto. O que temos visto é que o capitalismo, que vive da exploração do trabalho, não tem melhorado as condições de existência das massas. Pelo contrário, nunca se teve tanta privação e desgraça social. E o futuro que nos aguarda é mais violento e bárbaro ainda. Isto porque o capitalismo é um regime econômico em crise.

sibilidades de reais transformações tem servido à campanha dos presidencialistas. A denúncia de que com o parlamentarismo "o povo não mais elegerá diretamente o Presidente" tem sido um forte apelo a favor da manutenção do regime presidencial. Mesmo com a utilização de todos os escândalos de corrupção e imoralidade do presidente

O orçamento da União: Qual o destino?

O Orçamento Geral da União, para 1993, é de 240 bilhões de dólares.

Este é o valor de tudo que o governo federal arrecada e que, em tese, pode gastar. Trata-se de um valor considerável, se aplicado no desenvolvimento econômico e social. Entretanto, não é o que ocorre. Destes 240 bilhões de dólares, 65% serão destinados à amortização e pagamento dos juros das dívidas interna e externa. Ou seja, a maior parte irá para os cofres dos especuladores nacionais e internacionais. Os banqueiros e grandes aplicadores em títulos da dívida pública são os beneficiários do Orçamento da União.

Segundo cálculos, descontados os gastos com a administração do Estado, sobram cerca de 14,4 bilhões para investimentos, ou seja, 6% do total. E qual o destino deste valor? Será distribuído para os ministérios que mais permitem a politicagem dos parlamentares, como o caso do Ministério do Bem Estar Social, Integração Regional e Transporte.

O Bem Estar Social dirige o assis-

tencialismo da LBA, fonte de todo o tipo de corrupção e clientelismo dos politiquieiros. O Ministério da Integração Regional atende os interesses das oligarquias latifundiárias. Já se prevê subsídios a usineiros, que se enriquecem às custas da superexploração dos operários agrícolas e das vantagens do Estado. Quanto ao Ministério do Transporte, carga dependurada as grandes empreiteiras.

Sem dúvida, os demais ministérios que ficaram de fora do bolinho cumprem a mesma função de alimentar o parasitismo dos negócios capitalistas. Mas chama a atenção o fato do Ministério da Saúde ter sido cortado em 40% em sua verba orçamentária. Num país de maioria miserável, de epidemias, endemias e de alta taxa de mortalidade infantil, corta-se verba social. Os hospitais públicos e semipúblicos (Santa Casa) estão sucateados, enquanto que se eleva barbaramente o número de doentes e internações.

O mesmo diz respeito à Educação. O ministro Murilo Hingel acaba de re-

clamar que não tem dinheiro sequer para a esmola da merenda, único atrativo para as crianças desnutridas irem à escola. Porém, o fato é que se objetiva avançar na privatização de todos os serviços públicos, favorecendo ainda mais a burguesia em detrimento dos explorados.

Fica evidente a falência do capitalismo, cada vez mais parasitário. Um governo operário e camponês colocaria a riqueza da nação a favor da maioria oprimida. Planejaria centralizadamente o desenvolvimento econômico, eliminaria a burocracia e o esbanjamento. Para destruir o Estado burguês falido é necessário construir o partido da revolução proletária. Em nossa luta contra a exploração e a miséria rechaçamos o argumento do governo que não há verbas e levantamos a bandeira de imediata supressão da dívida interna e externa. Se o governo da burguesia não pode contrariar os interesses dos banqueiros, lutamos para derrubá-lo e substituí-lo pelo governo operário e camponês.

A reforma constitucional: Para que serve a Constituição?

Em outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição, que substituiu a do regime militar. As divergências entre os partidos burgueses eram tantas que a Constituição aprovada ficou sem regulamentação legal em inúmeros itens e se previu uma revisão para 5 de outubro de 1993. Estamos a 7 meses desta data e os políticos da burguesia já começam a se movimentar.

Uma parte quer adiar a reforma para depois das eleições presidenciais de 1994, outra antecipar e outra conservar a data. O argumento é o de que se trata de um assunto polêmico, que não pode influenciar no pleito eleitoral. Para setores do grande empresariado, ligados ao capital estrangeiro (imperialismo), a revisão deve ser urgente, uma vez que a Constituição de 1988 contém itens que obstaculizam reformas econômicas. Para outros, é necessário modificar o critério de representação política, aumentando o número de parlamentares dos estados mais populosos e desenvolvidos.

O fato é que, em torno da revisão, se expressam os inúmeros interesses dos capitalistas, a ponto dos empresários começarem a discutir e a influenciar os parlamentares desde já. Para os trabalhadores, antes da nova Constituição a fome os castigava; depois de sua promulgação, a situação se agravou. O salário mínimo é de miséria. O desemprego aumentou. O famigerado seguro-desemprego é pura enganação. As verbas para saúde e educação são manipuladas e reduzidas, etc, etc.

O que a burguesia, então, pretende com a reforma constitucional? Como vimos, há vários interesses em jogo. Porém,

se destacam alguns pontos: 1) quebrar o monopólio estatal sob as riquezas minerais e ampliar a privatização até a Petrobrás. 2) quebra do protecionismo às empresas de capital nacional. 3) quebra da estabilidade dos funcionários públicos e supressão de outros direitos trabalhistas. 4) quebra da regulamentação do controle aos privilégios do capital financeiro (taxas de juros). 5) redução de impostos sobre as empresas. Há os que pretendem, como Roberto Cardoso Alves, transformar em lei o controle da natalidade, condição exigida pelas potências imperialistas e seus organismos como Banco Mundial, FMI, etc.

Por esses itens, os trabalhadores podem ver que a Constituição é a Lei Magna da burguesia. Os reformistas do PT fizeram um estardalhaço em 1987/88, coletando milhões de assinaturas para a constitucionalização da reforma agrária. Imperaram os pontos de vista da UDR. Logo que passar o plebiscito do parlamentarismo/presidencialismo, se voltarão para as manobras constitucionais.

O movimento operário deve desde já rejeitar a manipulação, levantando as bandeiras antiimperialistas contra as privatizações, defendendo o estatismo, exigindo o salário mínimo real com escala móvel de reajuste e a escala móvel de horas de trabalho, pleiteando a estabilidade no emprego, não só para o funcionalismo mas para todos os trabalhadores.

A via para se impor à burguesia reacionária tais reivindicações é a da ação direta de massa, como a greve geral por tempo indeterminado.

A Dívida suga o País

Mais de 700 bancos credores estrangeiros expressaram sua concordância em fazer um acordo com o Brasil para refinanciamento de 44 bilhões de dólares da dívida externa. Representam 95% do total devido. Com isso, chegou-se muito perto do estabelecimento formal de um acordo. Mas o problema é que o Brasil tinha oferecido 7 opções de refinanciamento, e 70% dos bancos optaram por uma delas, aquela que estabelece a troca dos títulos por bônus ao par (mesmo valor nominal dos títulos da dívida) com juros fixos por 30 anos e sem redução do valor de face. Trata-se de um presente aos credores, que multiplica o valor real da dívida por 3, já que seu valor atual é de cerca de um terço do valor nominal. Além disso, o Brasil pagou antecipadamente ao acordo, a título de demonstração de boa vontade, 170 milhões de dólares de juros atrasados de 92. O Brasil terá ainda que pagar 3,2 bilhões de dólares em títulos do governo americano, a título de garantia da dívida, na assinatura do acordo. Todo esse dinheiro vai se somar aos 860 milhões de dólares pagos por Itamar em novembro passado, e aos 170 milhões pagos em janeiro.

Apesar disso, o acordo com os credores ainda depende do FMI, que emprestará dinheiro ao Brasil para cumprir parte dos compromissos assumidos, e de uma mudança de posição

dos bancos credores, que precisam optar por outras formas de pagamento e reescalonamento da dívida, caso contrário será impossível para o Brasil o cumprimento do acordo.

Não há economia que suporte tamanha sangria. Os juros da dívida sugam o país, aprofundando a crise econômica. Quem paga são os assalariados, que sofrem com arrocho, desemprego, aumento de impostos, redução dos serviços públicos de saúde, educação, moradia, etc. Enquanto isso a burguesia continua a se comprometer a pagar juros e mais juros de uma dívida que já foi paga e que só cresce cada vez mais, apesar de seu valor real diminuir no mercado financeiro internacional.

Não é possível defender as condições de vida das massas e as forças produtivas nacionais sem colocar a luta pelo não pagamento da dívida e expulsão do imperialismo. Cabe construir uma frente revolucionária antiimperialista para erguer uma luta nacional que seja capaz disso. Essa frente só pode se construir sob a liderança do proletariado, única classe capaz de se opor até as últimas consequências contra a opressão nacional. A condição para que os operários se elevem ao seu papel nessa luta é a construção do partido revolucionário.

Campos confessa

O ex-ministro da ditadura militar Roberto Campos confessou abertamente que o pagamento dos juros da dívida externa só será possível através da venda do patrimônio público (estatais). O porta-voz da política pró-imperialista confessa que a rolagem da dívida só empurrará para frente essa questão, até a entrega total das estatais. O entreguista defendeu ainda a reforma fiscal, tarifária, a reestruturação da dívida pública e a entrega das estatais como solução para as finanças públicas. E tem gente que ainda fala que a venda de estatais serviria para aplicação em prioridades sociais...

Brito vai pedir aprovação do FMI

Em recente viagem aos EUA, o Ministro da Previdência Antonio Brito levou ao conhecimento do FMI as mudanças no funcionamento da previdência que possibilitaram economizar o equivalente a 0,3% do PIB. Na viagem, o ministro não colocou nenhuma reivindicação. Foi apenas mostrar que está seguindo a orientação do Fundo, ou seja, economizando na previdência para sobrar mais dinheiro para o governo pagar a dívida. E os reformistas ainda chamam políticos como esse de progressista.

Comitê do Rio de Janeiro pelo Voto Nulo no Plebiscito de 21 de abril

No último 11 de março, realizou-se um debate entre as Correntes políticas que compõem esse Comitê. Participaram do debate o Partido pela Libertação Proletária (PLP), Causa Operária, CST, Convergência Socialista e a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário.

No debate pôde-se verificar as diferenças estratégicas entre as correntes políticas. Todas se colocaram pela defesa do Governo dos Trabalhadores. O PLP disse que esse governo sairá do processo revolucionário, das organizações autônomas (classe para si). Causa Operária foi mais longe, pois defendeu que o governo dos trabalhadores poderá sair tanto da revolução quanto das eleições e quem decidirá esta questão são os trabalhadores, ou seja, as massas e não os iluminados. Chegou ao absurdo de negar o marxismo ao afirmar que a ditadura do proletariado poderá vir das eleições.

O POR se colocou radicalmente contra os revisionistas

do marxismo e mostrou que a ditadura do proletariado (governo operário e camponês) só pôde ser fruto da revolução proletária. E, por isso, as táticas devem estar submetidas à estratégia histórica de derrubada do capitalismo e instauração da ditadura do proletariado. Defendeu a importância da tática de Frente Única Antiimperialista para o Brasil, país capitalista atrasado e oprimido pelos países imperialistas, como forma de potencializar a ação direta das massas e desmascarar os reformistas e revisionistas do marxismo.

Por fim, foi dado os informes das ocupações de terra e a disposição de resistência dos trabalhadores. Levantou-se a necessidade urgente do Comitê participar ativamente da luta das massas e denunciar a farsa armada pela burguesia no plebiscito de abril. Portanto, romper com o imobilismo das esquerdas e trabalhar em defesa das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores.

Plano de Eliseu Resende é antinacional e antipopular

Os 15 pontos da política econômica apresentados pelo ministro Eliseu Resende reafirmam que o governo Itamar continuará aplicando a política econômica do governo Collor.

Em geral, os pontos apresentados mostram-se apenas como intenções, pois não se mostra como colocá-los em prática. É o caso de pronunciar-se por exemplo pela "retomada do crescimento econômico", ou "trabalhar com programas para setores menos favorecidos da sociedade".

Os pontos concretos apresentados mantêm ou aprofundam a linha antinacional e antipopular de Collor:

a-) Cortes nos gastos públicos, que golpeará vários setores da economia como a construção civil ou a agricultura, e arrochará salários do funcionalismo.

b-) Taxas de juros mantidas nos níveis atuais, ou seja altos, obstaculizando a aplicação na produção.

c-) Desvalorização do cruzeiro para favorecer as exportações.

d-) Reforma fiscal, que aumentará impostos.

e-) Aceleração e ampliação das privatizações.

f-) Aumento das taxas e tarifas públicas, que estimulará a inflação.

g-) Manutenção do processo de abertura do mercado ao capital estrangeiro.

h-) Reforma constitucional para eliminar monopólio sobre telecomunicações e exploração de minérios, abrindo-os às empresas estrangeiras.

A inflação, considerada como questão essencial, não vai recuar. As altas taxas de juros e o déficit governamental, que levará 66,9% de todo o orçamento de 93 para o pagamento de juros e rolagem da dívida federal, pressionarão no sentido do aumento do déficit público. Existe ainda uma forte possibilidade de que a inflação aumente ainda mais, pois o controle monetário exercido pelo governo está em risco.

Diante da impossibilidade de resolver a crise, o governo coloca em prática uma política econômica que favorece amplamente o capital externo e descarrega todo o custo da recessão sobre os assalariados, através de arrocho salarial, impostos, aumento de tarifas, etc.

Enquanto o governo prepara abertamente um plano com esse conteúdo, as direções dos movimentos operário e popular negam-se a abrir uma luta contra o governo continuísta, negam-se a defender até mesmo as reivindicações mais elementares, de sobrevivência mesmo, da classe. Desarmam os trabalhadores que ficam à mercê dos futuros ataques do capital. Dividem o movimento em torno das variantes propostas pela burguesia (presidencialismo, parlamentarismo) e o arrastam para cada uma delas.

Exigir que a CUT e os sindicatos chamem já uma campanha nacional de lutas é a forma de colocar as massas em condições de enfrentar a ofensiva pró-imperialista de Itamar.

Ceará:

Violência contra os trabalhadores rurais

Mais de 200 trabalhadores rurais famintos invadiram os armazéns do governo em busca de alimentos. Porém, só encontram sementes e veneno. Em seguida, ocuparam a Fundação do Bem-Estar do Menor e obrigaram os empregados a entregar um pouco de arroz. Esta situação já se tornou frequente na região nordestina. A seca prolongada, a perda constante dos produtos que são cultivados, o pagamento de 200 mil cruzeiros por mês nas frentes de trabalho e a escassez de trabalho têm provocado os saques.

Os trabalhadores com fome se deslocam para os municípios à procura de comida. É a sobrevivência que impõe o saque. O governo trata o problema com a polícia, ou seja, com o mecanismo da violência reacionária. Foi o que ocorreu em Acopiara, onde o choque entre camponeses pobres e polícia foi violento. Nesse confronto, a polícia recuperou o arroz.

Os trabalhadores rurais sabem que esse tipo de violência é próprio da sociedade dividida em classes. Uma minoria se apropria do resultado do trabalho coletivo de toda a sociedade e se utiliza da força e da repressão para manter a propriedade privada dos meios de produção. É a violência reacionária de uma minoria que compõe a

classe dominante sobre a maioria da população. No nordeste, esta minoria se expressa no poder dos latifúndios e, também, no controle do Estado. Usam as leis e a polícia para garantir a manutenção da exploração do trabalho.

O saque é a forma concreta em que se manifesta a luta de classes. Para os trabalhadores rurais não existe outra via senão ocupar os locais onde há comida. As promessas dos governos não têm enchido a barriga da família camponesa. A burguesia, os latifundiários e os politiqueros têm condenado o saque. Dizem que os camponeses são violentos ao invadir a propriedade privada (armazéns, depósitos, etc). Mas não dizem o tamanho da violência que aplicam diariamente sobre a massa empobrecida. Nenhuma condenação aos métodos repressivos da polícia. Ora, a violência dos trabalhadores é expressão da luta de classe e se manifesta na ação direta, o saque,

A formação dos comitês de luta dos trabalhadores rurais em todos os cantos do país e a unidade com a classe operária é a via da construção de um amplo movimento de massa contra a fome e a violência reacionária da classe dominante.

Plebiscito e democracia

O plebiscito sobre a forma do regime político tem suscitado a discussão sobre a democracia. Conforme seja o interesse, é o argumento. Como se trata de ganhar o voto das massas, se diz que o regime mais democrático é o melhor para resolver os problemas do país e dos trabalhadores. Os parlamentaristas acusam o presidencialismo de ser autoritário por centralizar o poder nas mãos do executivo. E os presidencialistas respondem dizendo que com o parlamentarismo as massas não mais poderão eleger o presidente e sobre ele exercer pressão. Caberá assim aos explorados decidirem pelo mais democrático, segundo o que dita cada uma das frentes burguesas.

Mas entre os defensores do voto nulo, também, se estabeleceu uma importante divergência. Duas linhas básicas se conflitam. Uma que se diz parlamentarista, mas que está obrigada a defender o voto nulo, porque não está em jogo um parlamentarismo autêntico, fruto de uma radical reforma democrática. Esta é a posição da Convergência Socialista, por isso sua campanha se limita a defender a democracia radical, que inclui a convocação de eleições gerais.

A outra linha não se reivindica do parlamentarismo e o qualifica de forma democrática de exercício da ditadura de classe da burguesia, bem como o presidencialismo. Por isso, sua campanha se centra na denúncia das manobras burguesas em arrastar as massas a apoiarem o regime burguês de exploração, levanta propagandisticamente na situação a bandeira do poder próprio das massas na forma do governo operário e camponês e chama as organizações do movimento operário a se contrapor com uma campanha nacional de luta contra a miséria e a fome, preparando a greve geral. Esta posição é a nossa, da T.POR.

Denunciamos que o voto nulo em defesa de um parlamentarismo democrático radical é próprio de uma corrente da democracia pequeno-burguesa,

por isso incapaz de defender junto às massas a estratégia da revolução e ditadura proletárias, num momento em que a própria burguesia abre a discussão de poder no país.

O grave da posição democrática da Convergência Socialista é que se reivindica de marxista. Para isso, burla e falsifica a concepção marxista sobre o Estado e suas formas de regime. Eis sua colocação: "A tradição dos marxistas na Primeira Internacional de Marx, na II de Engels e na III de Lenin, sempre foi a defesa tática do parlamentarismo como forma de regime político" (CS-n.359). A CS confunde a tática de intervenção dos partidos revolucionários no parlamento como meio para desmascarar a própria democracia burguesa com a defesa do Parlamento como regime político.

Marx em sua análise da experiência da Comuna de Paris demonstrou que na democracia burguesa "os oprimidos são autorizados, uma vez cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no parlamento, os representará e esmagará". Lenin reafirma esta posição, que é da I Internacional: "Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no Parlamento, eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas".

A Convergência Socialista omite o essencial do marxismo de que o Estado e suas instituições democráticas são instrumentos da ditadura de classe da burguesia, que se apoia em última instância nas Forças Armadas. Os operários, camponeses, trabalhadores urbanos e estudantes deverão votar nulo, mas não com o conteúdo da democracia radical pequeno-burguesa e sim para defender a estratégia do governo operário e camponês.

Como o Jornal da CUT pode servir de correio de transmissão da política burguesa

O jornal "Fala CUT", dedicado ao plebiscito, demonstra muito bem como a burocracia sindical leva as posições burguesas para o interior do movimento operário. Jair Meneguelli, na apresentação, explica: "Nossa Central rejeita a velharia monarquista. Mas não fechou uma posição única pelo parlamentarismo ou presidencialismo". Em nome da pluralidade de opiniões, chama que cada sindicato faça campanha ou pelo parlamentarismo ou presidencialismo. Portanto, o objetivo do jornal é apresentar as divergências de posição frente aos dois regimes políticos, de forma que os operários escolham entre um ou outro. Porém, em nome da pluralidade, a direção da CUT permitiu que saísse um pequeno trecho em defesa do voto nulo.

Assim como a burocracia dirigente e o PT que comanda a CUT estão divididos em torno às duas formas de regime burguês do Estado, os trabalhadores são chamados a se manifestarem divididos por detrás das duas frentes burguesas (parlamentaristas e presidencialistas). Apresenta-se como democrático o direito dos assalariados escolherem uma entre três opções de regime político capitalista (o monárquico ficou de fora porque ninguém o defende na CUT).

A defesa do voto nulo seria o instrumento para denunciar a política burguesa da direção da CUT, que chama os operários a apoiarem uma das variantes da democracia burguesa, que serve para os exploradores continuarem a dominar os explorados. Entretanto, a corrente política que redigiu a posição também se colocou no campo do democratismo burguês. Trata-se de uma posição bem identificada com a Convergência Socialista.

Chama-se o voto nulo em defesa da ampliação da democracia. Diz assim: "Nem o parlamentarismo nem o presidencialismo solucionarão os problemas do país, se, por exemplo, a proporcionalidade de representação no Congresso Nacional não for real, se a revogabilidade do mandato parlamentar não for discutida, se a perspectiva do Congresso unicameral não estiver colocada". Estes defensores do voto nulo estão dizendo se parlamentaristas e que só não votam neste regime porque a burguesia não está fazendo uma verdadeira reforma democrática. Com isso, mentem ao induzirem que com tais reformas o parlamentarismo solucionaria "os problemas do país".

O conteúdo do voto nulo para estes democratistas é o da defesa da genuína democracia burguesa. Por isso, não podem demonstrar que apoiar ou o parlamentarismo ou presidencialismo (ou a monarquia), por mais democrático que fosse, é apoiar o poder burguês sobre o Estado e este sobre as massas oprimidas.

Não, o voto nulo deve ser uma clara rejeição de classe à democracia burguesa (mutilada ou não) como sistema de opressão sobre os assalariados e defesa da luta por um governo operário e camponês, saído da revolução proletária. Sem esta clara posição, a burocracia cutista e as correntes pequeno-burguesas democratizantes levam para o movimento operário a divisão dos partidos patronais e seus objetivos de classe dominante.

Polêmica

"Nova" Frente Socialista: Por um Partido Revolucionário

A Convergência Socialista, conjuntamente com alguns agrupamentos satélites, lançou a formação de uma nova Frente Socialista. Anteriormente havia formado a Frente Revolucionária de Esquerda, tendo por base uma "Carta de Princípios". No dia 5 de março, a mesma CS dissolveu tal Frente, com o consentimento antecipado de seus satélites (PFS, Liga, MSR, DO), justificando incompatibilidade política com as correntes rebeldes (Luta de Classes, PLP, Independentes), que não admitiam o veto à entrada da T.POR, PRO, CO, etc.

O impasse entre as duas alas se agravou devido às divergências quanto à tática eleitoral. Enquanto a CS e seus satélites seguiam o PT, apoiando suas candidaturas, o outro bloco (Alinhamento) se colocava pelo Voto Nulo. Logo vemos que a "Carta de Princípios" não passou de um acordo oportunista de Correntes distintas.

Porém, o que chamou a atenção foi como a Frente Revolucionária de Esquerda foi dissolvida. A CS e seus satélites já haviam negociado sua liquidação. A reunião do dia 5 foi apenas uma formalidade. Em momento algum a CS colocou o problema da extinção e desenvolveu nacionalmente a discussão. Veio com a decisão tomada e pronto.

Esse método só é possível numa Frente de características burocráticas e aparelhistas. E de fato tal Frente não passou de um aparelho a serviço da CS, expulsa do PT.

Quando estava nos braços do petismo, a CS nunca propôs às correntes opositoras à Articulação lutar por um partido revolucionário. Posteriormente, a Frente de Esquerda não passou de um artifício para arregimentar forças para o lançamento de um novo partido eleitoral. Tanto é que antes mesmo da dissolução da Frente Revolucionária, os socialistas social-democratas (CS) correram a registrar seu partido.

A "Nova" Frente Socialista, na verdade, resultou da expulsão do Alinhamento, que passou a ser um obstáculo aos objetivos eleitorais da CS e seus seguidores. A noção de que o Programa de um novo partido vem da contribuição de distintos grupos revelou que tais grupos devem rezar a cartilha dos morenistas, ou seja, dissolverem-se no

oportunismo da CS.

Assim, não há uma nova Frente Socialista. O que há é a exclusão dos opositores. Esta manobra aparelhista mostra que a CS sabe manejar muito bem com o conceito de ética "revolucionária" e lealdade política para falsear as verdadeiras razões do veto à T.POR, etc. Mas quando seus interesses aparelhistas são questionados, a ética e a lealdade não existem. Com esta política, não será criado o Partido Revolucionário.

O Problema estratégico do Partido Revolucionário

A Convergência Socialista levanta a bandeira de "construir um novo partido". Afirma que está colocada para a Frente Socialista "a perspectiva de formação de um novo partido político no país".

No artigo, "Novo partido pode nascer" (CS-n.360) explica que a Frente Socialista, resultante da extinção arbitrária da Frente Revolucionária de Esquerda, é necessária para unificar os revolucionários. Para fundamentar, exemplifica que "o próprio partido bolchevique realizou, em meados de 1917, um Congresso de Unificação com a Interdistrital de São Peterburgo, onde atuava Trotsky (...). Conclui que "não basta unir aqueles que lutam", pois "é vital a unidade em torno a um programa e a um partido centralizado para a luta de classes e democrático a nível interno".

Nenhum marxista pode negar processos de unificação de correntes. Seria o cúmulo do sectarismo. O problema está em saber em que condições e base se dá tal unificação. No exemplo citado dos bolcheviques, a CS não se refere à tremenda luta de Lenin contra Trotsky em relação à sua posição de unificação com os mencheviques, quando estes haviam demonstrado sua linha oportunista, e também em relação à concepção de partido.

Somente quando os acontecimentos revolucionários de 1917 demonstraram o acerto de Lenin e a correção de posição de Trotsky, a "unificação" se deu. E não podemos falar em hipótese alguma de que a fusão foi fruto da constitui-

ção de um tipo qualquer de Frente de Esquerda.

A tática de Frente Unica Revolucionária para construir o partido não é de tradição do bolchevismo, ou seja, do marxismo. Trata-se de uma versão de Nahuel Moremo, cujas teorias têm pouca identificação com o marxismo.

É necessário reconhecer que o bolchevismo resultou da cisão programática com o menchevismo, no início como concepção de partido centralista e democrático e, posteriormente, como linha para a Revolução Russa. Logo se verificou que a concepção de partido e o programa formam uma unidade indissolúvel.

No artigo, a CS se refere à necessidade de unidade sob o programa, o que é uma aparente novidade, porque o morenismo propõe um programa mínimo para a Frente. A CS não diz se abandonou ou não a natureza mínima do programa, ou seja, não estratégico. Mas, no texto "Frente não pode continuar como está" (CS-n.359), lemos: "Isto é, uma Frente com um grau de unidade superior, que se propõe a trabalhar o programa e os estatutos, que funcione com total democracia, ainda que na base de acordo". Este "ainda que na base de acordo" diz tudo. O programa será o resultado do expurgo das divergências e acomodações de posições distintas. Não se unifica sob a base principista marxista e da estratégia da revolução proletária, mas sim do programa mínimo de consenso.

Eis porque chama atenção a idéia de que um "Novo Partido pode nascer". Quem é o velho partido? Justamente o PT. Este novo partido aparece como novo produto no quadro democrático burguês eleitoral. O partido da revolução proletária é um produto histórico de formação do programa e organização da vanguarda no seio das massas. Não nasce automaticamente em função de situações conjunturais do fracasso histórico de um partido dos trabalhadores e da fusão de grupos distintos que por consenso façam um "programa" circunstancial. O Partido é o fator estratégico da revolução proletária, nasce e se desenvolve construindo o programa. A CS ao procurar fundir grupos através do consenso e do frentismo aparelhista não consegue obscurecer sua visão centris-

ta-oportunista de partido, mesmo referindo-se a necessidade do programa.

Para onde vai o Alinhamento?

As Correntes que pertenciam à ex-Frente Revolucionária de Esquerda jogaram um papel progressivo ao se contraporem ao veto da CS à T.POR, etc e ao rechaçarem o seguidismo eleitoral do PT. A "dissolução" arbitrária pela CS da Frente, que se configurou de fato num expurgo dos opositores, assim como fez o PT, comprovou o aparelhismo reinante. A Carta de Princípios se mostrou incapaz de assegurar a relação frentista. E a utilização de uma Frente de Correntes para se formar um Partido Revolucionário se mostrou oportunista, ou seja, adaptada à formação de um partido de esquerda democrático eleitoral. A "Nova" Frente Socialista da CS é a continuidade desta linha.

Achamos que a ruptura do Alinhamento com o aparelhismo da CS deve avançar no sentido de conformar uma frente de ação direta e independência de classe, ou seja, uma frente que se vincule às necessidades de combate dos explorados. Isto obriga a rechaçar o oportunismo da Frente Socialista, que maneja a bandeira estratégica do Partido Revolucionário, para esconder a orientação democratizante social-democrata (uma variante da negação da estratégia da revolução e ditadura proletárias).

O Alinhamento continuará a jogar um papel progressivo servindo de meio para combater a política de conciliação de classe e a paralisia do movimento operário, imposto pela burocracia sindical, com a qual acaba confluindo o oportunismo democratizante.

Há algumas tarefas urgentes que colocariam o Alinhamento à cabeça dos acontecimentos. As prisões dos camponeses do Paraná, assassinato do líder Teixeira e também o assassinato de um sindicalista rural de Rondônia colocam a necessidade uma grande campanha. A formação dos Comitês contra prisões, assassinatos e perseguições políticas, como temos feito em Diadema, é o caminho a percorrer. Estes comitês organizados por todo país poderão ser instrumento de mobilização operária e popular nas condições de bloqueio dos sindicatos e predomínio das manobras burguesas democratizantes.

Frente à miséria que cresce com o desemprego, trata-se de desenvolver a campanha nacional de luta pelas reivindicações vitais. A elas se liga a mobilização contra a política pró-imperialista de Itamar, concretizada nas privatizações e capitulações frente ao FMI. Cabe ao Alinhamento, na reunião nacional mantida, modificar a orientação aparelhista imprimida pela CS e dar um passo por uma frente de combate antiimperialista e anticapitalista.

Meia entrada para todos, com qualquer identificação escolar

Independência das entidades estudantis

Com a queda da liminar que garantia meia-entrada nos cinemas em São Paulo e os escândalos de licitação irregular da confecção das carteirinhas, o monopólio da UNE sobre as mesmas está ameaçado. As críticas vêm de todos os lados: contra a obrigatoriedade de uma filiação à entidade, contra o monopólio sobre os recursos que provêm da confecção da mesma, contra a vinculação da meia entrada.

A UNE, a UBES, a UMES conseguiram a vinculação da meia entrada à carteirinha através de suas relações com o PMDB via MR-8. Utilizaram-se da mesma para arrecadar dinheiro para as entidades à revelia da conscientização dos estudantes ou de sua adesão às suas organizações. Existe ainda a denúncia de que 51% do valor da carteirinha vai para a empresa que ganhou a concorrência, ligada ao MR-8.

A questão central, no entanto, é a relação de atrelamento ao Estado criada pelo PC do B e pelo MR-8. Da forma como fez a direção da UNE, a sustentação financeira da entidade passou a depender da obrigatoriedade da carteirinha para a meia-entrada, não importando mais se os estudantes a apoiam ou não. Ou seja, a UNE passou a depender muito mais das relações de sua direção com o PMDB do que dos estudantes. E essa relação se estende às demais entidades que ficam com uma porcentagem da taxa. Como é que uma entidade vai organizar a luta por exemplo contra o governo privatista do PMDB em São Paulo se depende economicamente dele?

A meia entrada não poderá ser garantida através dos conchavos no parlamento. É preciso uma campanha nas ruas para arrancá-la. Mas a dificuldade em realizar esse movimento está na divisão criada pela questão da carteirinha da UNE, pois a maioria não quer defender a exclusão desse direito dos que não querem se filiar à UNE. A posição da Convergência Socialista, de estender a vinculação da meia entrada às outras entidades estudantis também é equivocada, pois defende ainda a dependência econômica e a obrigatoriedade da filiação. Colocamo-nos pelo fim da obrigatoriedade da carteirinha da UNE ou de qualquer outra entidade estudantil e por uma campanha unitária pela meia entrada.

Defender a independência econômica das entidades é fundamental, para assegurar a independência política. E o método para chegar às conquistas é o da ação, não o do conchavo.

A dependência econômica é criada por direções que não têm independência política. Por isso, a luta em defesa da entidade independente está ligada também à luta para mudar sua direção. Construir uma corrente estudantil que seja capaz de levantar a independência política é a tarefa colocada. Somente uma fração revolucionária no movimento estudantil será capaz de se colocar à frente dessa tarefa.

Ato contra aumentos abusivos

A UNE chamou no dia 17 de março um ato pela meia entrada e contra os aumentos abusivos de mensalidades. O ato foi esvaziado, e muitas entidades declararam publicamente que não mobilizariam para defender a carteirinha obrigatória da UNE. Se as escolas particulares aumentam suas mensalidades para valores de até 10 milhões de cruzeiros, cabe uma luta unitária para brejar a exploração. Mas a UNE está amarrada pela dependência do dinheiro das carteirinhas. Se as entidades que boicotaram o ato erraram ao não intervir com independência em defesa da meia entrada e contra os aumentos abusivos, a responsabilidade maior ainda está sobre os ombros da direção da UNE, que insiste na defesa do "imposto estudantil". Quando fechávamos este jornal, realizava-se um plebiscito que apontaria a posição dos estudantes sobre a questão. A UNE deve assumir a vontade dos estudantes e acabar com a picaretagem do MR-8 e do PC do B em cima da filiação às entidades. E chamar a unidade contra os aumentos de mensalidades e pela meia entrada para todos. Mais ainda: defender o passe livre, a estatização do ensino e as outras reivindicações estudantis.

O conflito na Fazenda Santana e a Reforma Agrária

Na madrugada do dia 3/3/93, deu-se a ocupação da fazenda Santana por 180 famílias de sem-terra. Ocuparam como forma de protesto pelo não cumprimento do acordo firmado em 1991. O acordo compreendia o assentamento de 150 famílias em 700 hectares concedidos pelo latifundiário, que se diz proprietário, e o compromisso dos sem-terra não estenderem a ocupação por toda a fazenda. Fez parte do mesmo acordo o fato do Incra se responsabilizar pelo assentamento em curto espaço de tempo do restante das famílias, dado que eram 300. Como o governo (Incra) não cumpriu a sua parte, os sem-terra ocuparam o restante das terras.

O governador do Paraná (Requião) ordenou o despejo. Utilizou para isso do método da infiltração, ou seja, policiais a paisana foram para a área para identificar as lideranças. O movimento logo verificou que se tratava de uma emboscada e os seguranças da área exigiram a identificação dos estranhos. Os policiais reagiram, provocando o conflito. Tratava-se de vida ou morte: ou os sem-terra eliminavam os policiais ou estes os matavam, pois os policiais estavam armados e iniciaram a luta corporal.

Após esse acontecimento, a repressão policial tomou conta da área. Várias medidas de abuso de poder por parte do governo e da polícia estiveram presentes, como por exemplo invadir as casas dos sem-terra para procurar armas, arrancar as identidades dos ocupantes, caçar como animais os líderes do movimento e utilizar a imprensa para a busca dos sem-terra foragidos.

A fragilidade do movimento acabou se expressando. O isolamento da ocupação foi decisivo, pois a defesa contra a brutalidade do governo e da polícia só foi respondido pelos próprios ocupantes. A ausência dos sindicatos, CUT e outros movimentos populares na defesa da ocupação e resistência permitiu que Requião e seu aparato repressivo avançassem sobre os sem-terra. Por outro lado,

era tarefa fundamental não abrir o cerco, não permitir a entrega de nenhum nome dos ocupantes à polícia e denunciar amplamente as prisões e a farsa criada com a morte dos policiais. Para isso, a unidade com outros movimentos e sindicatos era essencial.

As lições que tiramos desse brutal conflito são: 1) Nenhuma confiança nos compromissos com o governo no assentamento dos sem-terra. 2) Nada de depositar esperanças na Reforma Agrária aprovada no Congresso nacional. 3) Que os latifundiários e governos estão sempre prontos para reprimir qualquer ocupação de terra. 4) A ocupação de uma propriedade implica necessariamente a organização da resistência.

A construção dos comitês de auto-defesa no campo servem não só para organizar e preparar a resistência como, também, para quebrar com as ilusões democráticas criadas pela Igreja, PT e outros correntes políticas democratizantes de que é possível resolver o problema da terra através de leis votadas no parlamento. Por essa via, o problema do campo não será resolvido. A defesa da estratégia do proletariado de ação direta contra os latifundiários (ocupar e resistir) e a unidade orgânica com a classe operária têm provado que é o caminho para enfrentar todos aqueles que defendem com unhas e dentes o poder da grande propriedade agrária. A unificação da luta do campo com a da cidade sob a direção e métodos da classe operária é a via da superação dos graves problemas da terra no país.

O problema grave da terra no Brasil não foi resolvido pela burguesia nacional e não o será. Terra aos camponeses pobres é uma reivindicação democrática que a burguesia brasileira não poderá mais cumprir por ser incapaz de se opôr ao imperialismo (que detém grande parte das terras e do capital). Essa reivindicação passou para às mãos do proletariado em aliança com o campesinato. A solução da questão da terra será parte da revolução pro-

letária. Por isso, o POR luta por construir os organismos (comitês de auto-defesa, etc) do campesinato, defende a unidade com a classe operária e os métodos próprios de ação da classe.

A ausência da fração revolucionária no campo impossibilita a materialização dos métodos e táticas genuínas do proletariado. Cabe aos militantes do movimento sem-terra construir essa fração revolucionária como parte da construção do Partido Operário Revolucionário, único partido capaz de pôr fim a exploração do trabalho e resolver o problema agrário.

Por uma campanha nacional em defesa das ocupações e liberdade imediata dos companheiros presos

Os companheiros estão presos desde o dia do conflito. Serão julgados pela justiça dos patrões e dos latifundiários. Serão julgados por crimes que não cometeram. Essa Justiça não julgará o governador Requião e sua polícia que espancaram os sem-terra. Não julgará os abusos de poder do governador e de seu aparato repressivo. Portanto, será mais uma farsa para condenar os lutadores da classe camponesa.

Liberdade imediata a todos os presos políticos! Liberdade para Lorival Castilho Pimental, Adelir Pazenhagem, Agnaldo dos Santos, Ademir Motta de Oliveira, Dorival de Mello, Sebastião Silvano e Mauro Mendes Fonseca.

Punição imediata aos matadores de Teixeira!

Que a CUT, sindicatos e movimentos populares organizem a campanha pela liberdade dos companheiros e pela punição dos matadores de Teixeira!

Em defesa das ocupações: Ocupar, Resistir e Produzir

Terra aos camponeses pobres!

Viva a luta heróica dos sem terra da Fazenda Santana!

Mais um brutal despejo no Rio

Ocupantes da Via Parque, uma estrada situada nos fundos do Barrashopping, Barra da Tijuca, zona sul do Rio, foram despejados pela polícia militar. A ordem de desocupação violenta partiu do prefeito Cesar Maia (PMDB) e de Brizola (PDT). O choque foi grande, pois a polícia utilizou de bombas, cassetetes, tratores, etc. A alegação de tamanha brutalidade foi que os trabalhadores haviam ocupado uma área de preservação ambiental.

Os moradores reagiram ao despejo. A resistência com paus e pedras foi a única via de impedir que a polícia, caminhões e tratores derrubassem as casas com todos os pertences. Porém, o armamento repressivo do Estado foi muito superior, o que provocou ferimentos em 5 ocupantes e prisões.

Esse acontecimento não foi diferente dos ocorridos em São Paulo e outros centros urbanos do país. O despejo da Vila Socialista, em Diadema, com duas mortes, feridos e prisões, serve de prova da brutal repressão do Estado contra os trabalhadores sem-teto.

As ocupações de terra têm crescido nos últimos anos, provocadas pelo desemprego e baixos salários. Os altos preços dos aluguéis têm impedido à classe operária de permanecer como inquilinos. Por isso, milhares de assalariados são obrigados a ocupar áreas para sobreviver.

As experiências com as ocupações e, em seguida os despejos, têm elevado a consciência dos sem-teto de que é preciso resistir ao despejo. Porém, algumas lições são tiradas dessa resistência. Uma delas é da necessidade de construir os comitês de luta, capazes de mobilizar e preparar o apoio às ocupações. Outra lição é que não é possível permanecer isolados. A unidade com outras ocupações e movimentos populares é fundamental para tirar do isolamento.

O método da ocupação e resistência é próprio da classe operária. Como também a construção dos organismos de auto-defesa e comitês de luta. A defesa contra o despejo significa a defesa da vida dos assalariados, que estão sendo mutilados pela fome e a miséria. A nossa palavra de ordem deve ser:

Ocupar e resistir!

Fora os assassinos da classe operária!

Construção civil em Diadema Esquenta a disputa pelo aparelho do sindicato

No Boletim n.4 (março de 93) se faz um balanço da última assembléia geral da categoria. Nessa assembléia houve uma votação sobre a formação das chapas que disputariam as eleições do sindicato e se haveria, na convenção, a proporcionalidade ou se a chapa mais votada já seria a única a concorrer às eleições. Esta última posição foi defendida pela corrente Articulação e foi vitoriosa com 200 contra 143 votos.

A Articulação tem burocratizado todos os sindicatos que dirige. O poder das assembléias e a democracia operária foram abolidos. O que vale é a truculência, a mentira e os acordos que têm sido firmados por essa corrente política. Haja vista as negociações nas Câmaras Setoriais e a negação da luta pelo salário mínimo real e emprego a todos. Utilizam os operários para impôr a política de colaboração de classe.

O fato da Articulação conseguir manobrar a assembléia e aprovar suas propostas se deve, também, à política levada pela Convergência Socialista, que dirige o sindicato. Concretamente, nada tem sido feito para mobilizar a classe contra os baixos salários, o desemprego e as agências de emprego que massacram a vida dos operários. Tanto a Convergência quanto a Articulação estão com a mesma política, ou seja, nada dá para ser feito quando há recessão no país. Defendem que os operários se curvem diante da miséria e da fome.

É uma necessidade vital da classe a formação das comissões por obra e dos comitês de luta para se contrapor à política aparelhista da direção do sindicato e da Articulação. É necessário a formação das frações revolucionárias, capazes de expressar no interior da classe a política operária, contrária, portanto, à conciliação de classe e ao burocratismo dos aparelhos sindicais.

Uma nova direção para o Sindicato é fundamental. Porém, uma direção que expresse a vontade da classe, onde a democracia proletária impere nas assembléias e em todas as instâncias do sindicato. Defendamos um plano de mobilização contra o arrocho salarial, desemprego e em defesa do salário mínimo real. É da luta concreta que nascerão as verdadeiras direções.

Participe do comitê contra a opressão política e social

Forme no seu bairro, cidade ou região mais um comitê

O Comitê contra a opressão política e social de Diadema se reúne todas as quartas-feiras, às 19 horas na Câmara Municipal. O Comitê aprovou a campanha contra as prisões dos companheiros do Paraná e o fuzilamento de Teixerinha pela polícia. A campanha pela libertação imediata dos sem-terra do Paraná e a punição dos assassinos de Teixerinha deve se espalhar por todos os cantos do país. Por isso, cumpre um papel importante a construção desses comitês.

A campanha contra a punição dos assassinos de Teixerinha e dos torturadores de seu filho de 13 anos deve ganhar as ruas com atos públicos e manifestações de denúncia da violência policial e do governo. O envio de telegramas ao governo do Paraná, às Câmaras Municipais e outras entidades denunciando a chacina deve ser parte dessa luta contra os assassinos dos trabalhadores.

O Comitê também intensifica a preparação da caravana ao governo do Estado de São Paulo. Estarão juntos com os moradores do Morro do Samba organizando a ida ao Palácio para cobrar a desapropriação e o repasse da área aos ocupantes.

Vamos engrossar nossas Campanhas! Essa é a via de se opôr à brutal violência política e social contra as massas oprimidas. Construamos nossos organismos de luta!

Alpargatas fecha mais uma fábrica. É preciso lutar contra as demissões!

A unidade de São José dos Campos, criada no início de 1960, chegou a ter mais de 4 mil operários e era responsável pela produção de Conga, sandálias havaianas, brim e bamba. Recentemente, produzia coturnos para o Exército, botas sete-léguas e o tênis popular ki-chute. No dia 17 de março demitiu os últimos 350 operários que restaram na empresa e iniciou a transferência das máquinas para outras unidades do grupo. Os patrões alegaram que esses produtos não tinham mais lugar no mercado. Isto é, estavam fora de linha. As massas não têm o que vestir e se calçar e os capitalistas que controlam a produção fecham a fábrica porque o Conga está fora de linha.

Essa é a forma mais comum entre o patronato de se precaver diante da brutal recessão econômica. A quebra das forças produtivas (fechamento de empresas, demissões) é parte da crise mais geral do capitalismo. Ao cerrar as portas da fábrica e demitir, o empresário está simplesmente respondendo à necessidade de quebrar parcela das forças produtivas, para poder manter o regime de exploração do trabalho.

A classe operária necessita superar sua desorganização para se opôr a essas medidas patronais. A direção do Sindicato dos Têxteis (Força Sindical) é pró-patronal e, por isso, não mexeu uma palha contra o fechamento da Alpargatas e outras empresas. A direção da CUT se enveredou pelo caminho das negociatas com os patrões e o governo e, conseqüentemente, nada tem sido feito que impulse a luta contra as demissões. A construção dos comitês de luta, unindo os empregados e desempregados, é uma das vias para preparar as mobilizações da classe e pôr em pé as direções verdadeiramente revolucionárias.

Professores: Preparar a greve

A diretoria da Apeoesp (Corrente Articulação) defendeu na assembléia estadual a proposta de "Campanha 93", que tenha como eixo o envolvimento da sociedade civil, ou seja, CNBB, OAB, outras entidades ligadas à educação e a FIESP. Tudo estava já tramado para não se fazer uma campanha salarial que colocasse como objetivo central a mobilização direta dos professores, alunos e pais. Utilizaram a estratégia burguesa já conhecida praticada pelas direções sindicais, que é a discussão através de mesas-redondas, seminários, etc em substituição à greve. Assim, abriram uma grande campanha através do rádio e da imprensa sobre os novos métodos de luta. Nesta avaliam que as experiências demonstraram que só as negociatas com patrões e governo podem obter vitórias para a classe. Portanto, é a primeira vez que, declaradamente, a diretoria da Apeoesp defendeu a proposta de conciliação de classe. Revela assim o caráter burocrático dessa direção e os compromissos com o governo e o patronato.

Essa direção se enveredou para o campo contrário à independência de classe. Jogou para às mãos da Igreja, dos patrões da Fiesp e dos reformistas o destino dos salários dos professores e a existência da escola pública e gratuita. Deu para os defensores da rede privada de ensino o direito de decidir os rumos da educação e brutal arrocho salarial. Ludibriou os professores presentes na Assembléia com o discurso demagógico da parlamentar Bia Pardi de que é possível obter reformas na educação através das pressões vindas do empresário, da Igreja católica e daquelas direções vendidas das associações educacionais.

A presença pequena de professores na Assembléia contribuiu para que a direção aprovasse a campanha mentirosa de defesa da escola pública.

A Corrente Proletária na Educação defendeu as reivindicações da classe como: piso de um salário mínimo real, por 20 horas de trabalho; reposição de todas as perdas; escala móvel de reajustes; fim da rede privada de ensino e defesa de um único sistema escolar, financiado pelo Estado e com total autonomia. O método de luta proposto foi preparar a greve, isto é, discutir com os trabalhadores da educação, pais e alunos a organização da greve. Caso o governo não atenda as reivindicações, o movimento deveria ganhar às ruas. A unidade com outros setores é fundamental. Porém, a unidade se faz com aqueles que estão diretamente envolvidos com a educação: pais (trabalhadores têm seus filhos na escola pública), alunos (que não têm vagas e que usufruem das péssimas condições materiais da escola e do ensino) e educadores (funcionários e professores). Essa é a verdadeira unidade e não a tramóia montada pela diretoria da Apeoesp.

Portanto, é hora de reverter essa situação criada pelos burocratas que dirigem a Apeoesp. É hora de preparar as escolas para a assembléia do dia 30 de abril. É hora de recompôr nossas próprias forças e defender o método genuíno dos trabalhadores, que é a greve. Nada de conciliação de classe. Em defesa da independência dos educadores frente ao patronato e ao governo!

Abaixo a perseguição ao POR boliviano !

Paraná: O regime jurídico único é a negação da autonomia universitária

A recente implantação do regime jurídico único, pela via da aprovação da nova lei da previdência, está deixando alvoroçada as burocracias sindicais das universidades paranaenses. Isto porque, ao tornar os docentes e servidores em funcionários públicos estatutários, o governo do Estado, apoiado (em maior ou menor medida) pelos reitores, irá agir com mais liberdade sobre os direitos políticos e sindicais dos docentes e funcionários. O que deixa alvoroçada a burocracia não é a perda das conquistas políticas e econômicas da classe, mas sim a possibilidade de acabar com a contribuição de 1% sobre o salário dos filiados, fonte em que mamam.

O fato mais grave é que essas direções defendem a implantação do regime jurídico único para as universidades. Esse regime significa, na prática, a transformação dos docentes em funcio-

nários do Estado. Observem que não se trata de apenas uma questão formal jurídica, uma vez que o que se pretende é retirar o poder de contratação dos docentes pela própria universidade pública e colocá-lo nas mãos de uma burocracia estatal alheia à educação. Portanto, a negação de um aspecto da autonomia universitária.

O princípio elementar de democracia quer dizer: plena autonomia do movimento universitário (docentes, funcionários e estudantes). Trata-se da soberania da universidade perante o poder executivo, o Estado. Um exemplo da quebra da autonomia, ainda recente, foi a imposição do cupincha do governador como reitor da Unioeste, no final do ano passado, contra a vontade da maioria. Isto ocorreu sem o Regime único jurídico. Imagine com a legalização desse regime jurídico!

O resultado disso só pode ser o aviltamento das condições de vida e de trabalho dos servidores, o sucateamento da universidade e o ataque frontal às conquistas históricas do movimento. As direções sindicais ao defenderem esse regime jurídico, estão expressando a política de colaboração de classe, contrária aos verdadeiros interesses da universidade.

Cabe aos docentes e servidores, juntamente com os alunos, levantarem a bandeira da autonomia universitária. Que a própria Universidade determine sua forma de organização. E que não haja nenhuma ingerência político-administrativa do Estado burguês na universidade. Trata-se de defender as conquistas da classe e a autonomia frente ao Estado.

Professores Municipais

Os professores municipais, que paralisaram suas atividades exigindo o reajuste salarial de fevereiro de 93%, foram surpreendidos ao receberem os holerits em março. Constataram que havia sido depositado apenas 28%, retroativos ao mês anterior. Concretamente, Maluf não cumpriu com sua promessa de pagar o que devia aos professores. A perda entre um mês e outro (fevereiro e março) é de 66%.

A diretoria do Sindicato (Sinpeem) só tem prestado para denunciar as arbitrariedades do direitista Maluf. É merenda que falta, é escola sendo sucateada, é professor com baixos salários, etc, esta situação têm sido a vida do ensino municipal em São Paulo. Porém, a direção não se coloca por organizar a classe para enfrentar o governo. Convocou assembléia somente para abril e sem o objetivo claro de preparar a greve em defesa das condições de ensino e salário.

Os professores municipais já têm uma lição do passado malufista no governo do Estado e, por isso, não dá para dar trégua. Maluf é um dos representantes da política neoliberal no país, ou seja, irá reduzir os recursos do município para a educação. A escola pública e gratuita será cada vez mais sucateada em seu governo. Portanto, é fundamental preparar a classe para combater a política privatista de Maluf, que inicia destruindo a escola com os baixos salários e as péssimas condições de trabalho.

A assembléia de abril deverá apontar o caminho da mobilização direta dos docentes em defesa do reajuste automático de acordo com a inflação e a reposição de todas as perdas salariais. A organização da greve por tempo indeterminado é a tarefa fundamental do momento.

Falta merenda escolar

Os alunos da rede pública no Estado do Ceará têm abandonado às escolas. A evasão se dá porque não há o que comer. O governo liberou uma verba que só deu para cinco dias úteis, em 40 municípios dos 184 existentes no Estado. A própria Secretaria Municipal de Educação diz que a merenda escolar é a única refeição para 80% das crianças que frequentam a escola pública. O Ministro da Educação ainda confirmou que o Ceará foi o Estado mais beneficiado com verbas. Admite também que o governo só dispõe da metade das verbas necessárias para o programa de merenda escolar.

Concretamente, o governo está lavando as mãos. Primeiro, transferindo para os municípios o grave problema da falta de merenda. Sabemos que esses municípios estão falidos: não têm como resolver o problema da fome dos trabalhadores rurais, da falta de emprego, e, muito menos, manter a escola pública. Em segundo lugar, essa política de transferência de atribuições já se tornou prática comum. Repassa para os municípios falidos a manutenção das escolas para, em seguida, liberar o Estado dos custos com a educação gratuita.

Essa é a política de destruição da educação pública. Ou seja, inicia com o sucateamento (falta de verbas, falta de merenda, baixos salários dos trabalhadores em educação, etc) para em seguida abandoná-la. No nordeste, a tendência é a ampliação do analfabetismo. As crianças estão sendo colocadas para fora da escola. Não há condições mínimas de ensino. Os governos estão cumprindo as metas da política neoliberal, isto é, isentar o Estado dos custos com a educação para cumprir com os acordos de pagamento da dívida externa.

A expulsão das crianças das escolas significa o crescimento do empobrecimento geral do país. Um país que necessita desenvolver as forças produtivas se vê obrigado a quebrá-la. A política de Itamar para a educação é a mesma de Collor e dos governos estaduais: cumprir à risca o que manda o imperialismo.

Avança a divisão da burocracia Russa

O proletariado e os camponeses pobres têm de tomar o poder

O avanço na ruptura entre o Congresso, representado por Khasbulatov, e o presidente Yeltsin é fruto da desintegração da burocracia estalinista e, portanto, do Estado. O aprofundamento da divisão se deve à quebra econômica da Rússia, à explosividade da crise social e, fundamentalmente, à disputa em torno do comando do processo restauracionista. Para implantar integralmente e com eficiência o plano de restauração capitalista, ditado pelo bloco de potências imperialistas, Yeltsin necessita concentrar todos os poderes do Estado, restabelecer a disciplina de ferro da burocracia e poder manejar livremente as forças de repressão contra as massas e as repúblicas desobedientes.

A desintegração do Estado operário degenerado, que golpeou a União Federativa Soviética, é a desintegração da ditadura estalinista, que, no passado, se assentava na manutenção da propriedade dos meios de produção estatizada e se mantinha como casta parasitária. Entretanto, a condição para fazer a transição da propriedade estatal para a privada capitalista é a existência de uma ditadura fascista.

Boris Yeltsin encabeça a ala da ex-ditadura estalinista que evolui para a fascista. Não pôde avançar mais ainda na centralização totalitária pró-imperialista devido à tremenda desagregação da própria estrutura montada por Stalin e devido às massas descontentes. Uma guerra civil pró-capitalista vitoriosa daria a esta ala a condição de tal ditadura. A via da democracia burguesa, em que se estabelece as eleições e os processos parlamentares como base de ordenação das forças políticas, não poderá reconverter as relações de produção na Rússia. Esta terá de dar lugar a uma ditadura voltada contra as massas.

A guerra civil é uma grande possibilidade, como assistimos na Iugoslávia e na própria luta das nacionalidades na Rússia. Yeltsin procurou, neste impasse com o Con-

gresso que limita seus poderes, avançar sua ditadura por vias estatais. Porém, logo viu que teria de lançar mão das Forças Armadas e de todo aparato de repressão, que ainda não estão sob seu total controle. O próprio imperialismo não o autorizou a correr o risco de uma aventura. Fechar o Congresso e impor a ditadura significaria abrir caminho para a latente guerra civil, nas condições que as forças de Yeltsin não pode assegurar vitória.

Não é por acaso que o influente estrategista norte-americano Henry Kissinger alertou Clinton a não ver como restauracionista apenas a ala de Yeltsin, já muito desmoralizada. O parlamento também é o antro dos estalinistas convertidos em pró-capitalistas. Trata-se, como dissemos, da luta intestina entre duas frações da ditadura estalinista desagegada em torno da direção do processo de reconversão. Estas duas frações carregam dentro de si outras, como indica a atitude do vice-presidente Alexander Rutskoi.

No choque de poder emergiu o problema do controle do Banco Central. Enquanto Yeltsin e seus ministros, fiéis cães de guarda dos interesses norte-americanos e alemães, elaboram os planos traçados pelo FMI, o parlamento maneja o fluxo da moeda, sabotando assim sua aplicação.

A restauração passa por três linhas mestras: acabar com a propriedade nacional das terras e restabelecer a propriedade latifundiária combinada com os minifúndios; devolver integralmente o controle do mercado exterior a uma burguesia comercial e financeira que deve se estruturar e quebrar o monopólio estatal sobre o complexo industrial. Para isso é fundamental centralizar e manejar a moeda. O Banco Central nas mãos de Yeltsin é estratégico, pois o colocaria na dependência direta do FMI e do grupo dos Sete. O plebiscito exigido por Yeltsin objetiva dissolver o Congresso opositor e concentrar poderes

numa ditadura civil. No campo da legalidade, as medidas de suspender os poderes do Congresso, que desautorizou o plebiscito, dá vantagens a Khasbulatov, que conta com o não apoio do vice-presidente Yeltsin.

A decisão de inconstitucionalidade do pronunciamento de Yeltsin anulando o Congresso, feito pelo Tribunal Constitucional, abriu caminho para o impeachment do presidente. Porém, em seguida, o mesmo Tribunal lançou a proposta de antecipação das eleições, provavelmente acordada nos bastidores para restabelecer os laços rompidos. Yeltsin já havia colocado os meios de comunicação inteiramente a seu serviço para manietar o plebiscito. Provavelmente, os dois lados procurarão amenizar o choque, uma vez que este é o desejo das potências, que pretendem fortalecer Yeltsin na próxima etapa.

Enquanto a burocracia se deglodia, as massas operárias e camponesas empobrecidas estão à margem. Entretanto, são os trabalhadores que arcam com a restauração, em que da situação de opressão da ditadura de casta estalinista passam para a situação de uma ditadura de classe da burguesia em construção. Destacase, dramaticamente, a necessidade de reconstrução do partido comunista bolchevique. Sem este instrumento poderá vir uma guerra civil sem que esta possa ser transformada em meio para restabelecer o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado e o Estado Operário.

A revolução política, para derrubar a burocracia pró-imperialista e colocar a produção nas mãos das massas, continua a ser a necessidade histórica criada. O Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional tem se posicionado insistentemente por essa linha. Os operários do mundo devem se lançar em campanha pela defesa das conquistas da Revolução Russa e pela destruição do capitalismo imperialista.